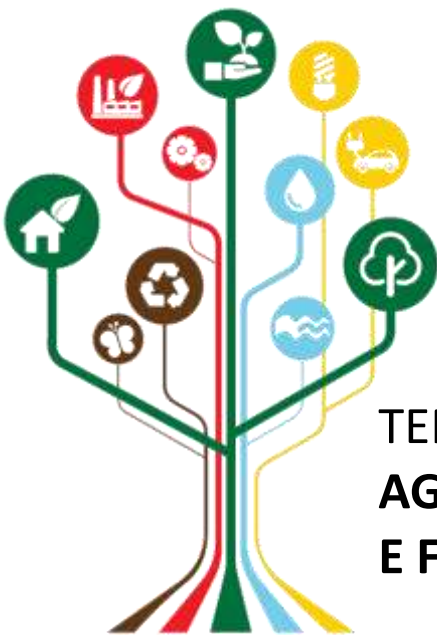


SÍNTESE DA SESSÃO DE DISCUSSÃO PÚBLICA
“COMPROMISSO PARA O CRESCIMENTO VERDE
EM PORTUGAL – AGRICULTURA E FLORESTA”



TEMA:
**AGRICULTURA
E FLORESTA**

Compromisso para o
CRESCIMENTO VERDE

Síntese da Sessão de Discussão Pública “Compromisso para o Crescimento Verde em Portugal – Agricultura e Floresta”¹

(CNEMA – Centro Nacional de Exposições de Santarém, Santarém, 28/11/2014)

António Alvarenga - Relator para o Crescimento Verde

Ana Cristina Fernandes - APA

11/03/2015

Conteúdo

Enquadramento.....	3
Principais ideias debatidas e sugestões apresentadas durante a sessão	5
1. Processo e enquadramento	5
2. Água e agricultura	5
3. Energia e agricultura	6
4. Floresta.....	6
5. Outras ideias/sugestões	7
Lista de pessoas e entidades que contribuíram, durante a sessão, para os conteúdos aqui sintetizados: .	8

¹ Esta síntese apresenta uma proposta de organização das principais ideias e sugestões discutidas na sessão, não associando especificamente uma pessoa/entidade a cada ideia ou sugestão mas identificando, sob a forma de lista, os intervenientes no debate. Trata-se de uma síntese da responsabilidade do relator, aberta a alterações/adendas futuras e não comprometendo nenhum dos intervenientes. Visa preparar o enriquecimento do processo e do documento do CCV, promovendo a discussão técnica sobre o tema mas também a participação de “não-especialistas”.



Enquadramento

Estamos num momento chave: é essencial estabelecer uma visão pós-troika de desenvolvimento de longo prazo, alinhada com as grandes tendências pesadas internacionais.

O lançamento do Compromisso para o Crescimento Verde (CCV)² visa promover a transição para um modelo de desenvolvimento que compatibilize as vertentes económica, social e ambiental, no qual diferentes setores desempenhem o seu papel de uma forma integrada, fomentando sinergias no sentido de ultrapassar os importantes desafios que se colocam a Portugal. A crescente tomada de consciência, por parte dos agentes, da sinergia entre economia e sustentabilidade, entre competitividade e valorização ambiental, tem um imenso potencial a desenvolver. E Portugal tem excelentes condições para ser líder deste processo.

O CCV apresenta iniciativas novas e retoma/sublinha outras, procurando uma coerência estratégica multissetorial e o estabelecimento de um compromisso de longo prazo que contribua para a estabilidade nas ambições e nos objetivos estratégicos, sem comprometer as diferentes opções ao nível dos modelos de gestão. Propõe uma visão-ambição, concretizada através de um conjunto de objetivos e metas que pretendem ser mobilizadores, indo um pouco mais além do que parece alcançável nas condições “business-as-usual” e constituindo-se, desta forma, como referências de monitorização e alavancas para a inovação e a eficiência.

O CCV assume que pelo menos tão importante quanto o conteúdo do Compromisso é o processo de participação e de co-responsabilização na sua formulação e implementação. Assume ainda que impactos menos diretos como o aumento do alinhamento e a mobilização de longo prazo da sociedade portuguesa, a projeção internacional do país e a sua atratividade, a retenção e atração de talentos e a internacionalização de empresas e projetos, são pelo menos tão importantes como os impactos mais diretos do processo e das iniciativas nele incluídas.

Neste contexto, está em curso um processo de consulta pública ativa e participada do CCV, durante o qual se pretende que os temas que constituem as bases do compromisso sejam explorados e debatidos pelos diferentes agentes, de modo a identificar oportunidades, fragilidades ou constrangimentos e a contribuir para a concertação de interesses, conferindo consistência e robustez ao compromisso a retratar no documento final.

A 6ª conferência temática de iniciativa MAOTE do processo de discussão pública do CCV, dedicada ao tema “Agricultura e Floresta”, teve lugar no dia 28 de novembro de 2014 no Centro Nacional de Exposições de Santarém - CNEMA. Teve como entidades organizadoras a CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal³ - e a CAP - Agricultores de Portugal⁴.

² Para toda a informação sobre o CCV ver: <http://www.crescimentoverde.gov.pt/compromisso/>.

³ <http://www.confagri.pt>

⁴ <http://www.cap.pt>



Apesar de ter estado em discussão a globalidade do documento subjacente ao CCV, o debate teve um enfoque particular, como é natural, nas **10 iniciativas do tema “agricultura e floresta” apresentadas no documento que serve de base à discussão pública**⁵:

AGF 1: Promover as medidas agroambientais e agilizar os processos de atribuição de subsídios; critério de sucesso: aumento da área sob compromisso agroambiental, de 25% até 2020 (enquadramento: PDR 2014-2020⁶);

AGF 2: Apoiar atividades agrícolas e florestais desenvolvidas em áreas classificadas ao abrigo das Diretivas Aves e Habitats através do Pagamento Natura; critério de sucesso: número de explorações beneficiárias do pagamento natura/Número de explorações agrícolas ou florestais em áreas classificadas (atingir os 25% até 2020) (enquadramento: PDR 2014-2020);

AGF 3: Apoiar investimentos na agricultura que promovam níveis mais elevados de sustentabilidade na utilização dos recursos. (Ex: investimento em regadio dependente de melhorias comprovadas no uso eficiente de água); critério de sucesso: número de investimentos com componente ambiental (enquadramento: PDR 2014-2020);

AGF 4: Apoiar as explorações que cumpram as regras do Pagamento verde (*Greening*) componente ambiental dos pagamentos diretos do primeiro pilar da PAC⁷ (2014-2020); critério de sucesso: área das explorações a cumprir a regras do *greening* (enquadramento: PDR 2014-2020);

AGF 5: Promover a certificação da gestão florestal sustentável apoiando a adaptação das explorações e das empresas às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos; critérios de sucesso: (a) até 2020: área florestal certificada de 450 000 ha; (b) até 2020: certificados de cadeia de custódia acima de 500; (enquadramento: PDR 2014-2020);

AGF 6: Apoiar explorações que cumpram as Boas Condições Agrícolas e Ambientais⁸ (BCAA); critério de sucesso: aumentar a superfície agrícola sujeita à BCAA (enquadramento: PDR 2014-2020);

AGF 7: Apoiar o desenvolvimento e estruturação de novos produtos do sector agroflorestal, garantindo maior valor acrescentado ambiental; critérios de sucesso: (a) número de projetos apoiados; (b) de produtos novos apoiados (enquadramento: ENF⁹)

AGF 8: Melhorar a gestão florestal e a produtividade dos povoamentos florestais; critérios de sucesso: (a) % da área de floresta que é sujeita a gestão ativa de acordo com os PGF; (b) Área de povoamentos sujeitos a melhoria produtiva (100.000 ha) (enquadramento: ENF);

AGF 9: Aumentar o contributo da cinegética, da pesca, da silvo-pastorícia, da apicultura, da produção de cogumelos e de outros produtos não lenhosos; critério de sucesso: 10% em 2020 e 20% em 2030 das explorações florestais apresentarem mais do que um produto de origem na exploração para comercialização/ aproveitamento económico (enquadramento: ENF);

AGF 10: Promover utilização de produtos de origem florestal com baixa pegada de carbono (ex.: *Green building*); critérios de sucesso: (a) 15% de aquisição de produtos florestais com certificação da gestão florestal em 2020; (b) 40% de aquisição de produtos florestais com certificação da gestão florestal em 2030 (enquadramento: iniciativa MAOTE)

⁵ Ver p.47 do CCV (<http://www.crescimentoverde.gov.pt/compromisso/>).

⁶ <https://balcao.pdr-2020.pt/balcao/inicio/auth/login>.

⁷ http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_PAC1420_L#.VNiZNuasUqw.

⁸ http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_obrigacoes/GC_condic14#.VNiZxOasUqw.

⁹ <http://www.icnf.pt/portal/icnf/docref/enf>.



Principais ideias debatidas e sugestões apresentadas durante a sessão

1. Processo e enquadramento

O CCV é um documento formalmente bem apresentado e que se deve traduzir num desenvolvimento económico e financeiro. No entanto, beneficiaria do esclarecimento sobre como vão ser utilizadas as alavancas/catalisadores e qual a sua relação com os diversos sectores. Relativamente ao sector da Agricultura e Florestas, constata-se que a maioria das iniciativas decorre das políticas agrícolas atualmente em vigor no nosso país.

O Plano de Desenvolvimento Rural 2020¹⁰ (PDR 2020), tendo em conta os objetivos da Política Agrícola Comum¹¹ (PAC), pretende o crescimento sustentável do sector agroflorestal em todo o território nacional, criando condições para a dinamização económica e social do espaço rural.¹² Assim sendo, a maioria das iniciativas para a agricultura estão alinhadas com as medidas do PDR 2020, procurando contribuir para o crescimento verde em Portugal. No entanto, considera-se que a transposição do PDR 2020 para o CCV é curta, no sentido em que as iniciativas deveriam ser mais ambiciosas e ir mais além do que já está determinado, lançando novos desafios. A título de exemplo, uma das medidas da PAC que foi incluída no CCV está relacionada com um pagamento verde que obriga os agricultores a cumprirem um conjunto de regras ambientais, dirigidas prioritariamente a objetivos de política climática e ambiental para que a agricultura europeia seja mais amiga do ambiente - “Greening”¹³. Apesar de ser uma medida obrigatória, existe flexibilidade quanto à sua implementação, para permitir uma melhor adesão por parte dos agricultores. Este pagamento já constitui uma recompensa para quem cumpra as práticas obrigatórias, pelo que esta medida do CCV não vai além das políticas definidas pela UE.

A atividade agrícola ocupa cerca 40% do território nacional e europeu e é de grande importância, não só pelo emprego e riqueza que gera, mas sobretudo pelos serviços de território que oferece, incluindo a ocupação do mesmo. Neste contexto, a pergunta-chave que se impõe é: “que agricultura, para prestar que serviços, em que territórios?” Estamos perante uma realidade muito diversificada, pelo que Portugal, relativamente à agricultura, não deve ser encarado como um todo homogéneo devendo ser procuradas soluções diferentes para regiões distintas. O CCV parece não refletir explicitamente esta diversidade, pois não refere os diferentes tipos de território, nem a articulação entre eles, e os diferentes serviços e produtos que podem ser oferecidos pela agricultura.¹⁴

Existe a consciência de que a agricultura constitui o sector económico mais diretamente afetado pela qualidade dos recursos naturais. Na UE, Portugal é um dos países onde esta relação de grande proximidade entre agricultura e ambiente é mais clara, pois cerca de metade da sua superfície agrícola é constituída por pastagens permanentes e quase um quarto dessa mesma superfície corresponde a culturas permanentes, contribuindo assim para o sequestro de carbono.

As alterações climáticas, muito associadas à desertificação, também estão na ordem do dia e têm consequências graves, particularmente na região sul do país, atingindo de forma particularmente severa a agricultura. O CCV deveria aprofundar esta matéria, com iniciativas concretas para combater esta situação.

2. Água e agricultura

¹⁰ <http://www.gpp.pt/pdr2020/>.

¹¹ http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_PAC1420_L#.VNTpnLmzXcs.

¹² http://www.gpp.pt/pdr2020/PDR%202020_final_5fev.pdf.

¹³ <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:347:0608:0670:PT:PDF>.

¹⁴ Sobre esta temática, ver a apresentação de base à intervenção Leonardo Costa nesta sessão. Disponível em <http://www.crescimento Verde.gov.pt/pagina-inicial/downloads/>.



A agricultura está claramente interligada com os outros sectores/temas do CCV, tais como a água, a energia, os resíduos e a biodiversidade, pelo que as iniciativas para estes sectores/temas também podem ser determinantes do ponto de vista da agricultura.

Relativamente à água, o CCV poderia ser uma oportunidade para olhar de forma diferente para o regadio. Embora se aceite que esta é uma questão difícil e que, necessariamente, a água deva ser utilizada de forma eficiente, o sistema de regadio é necessário para o desenvolvimento económico da agricultura nacional. Acresce que as estruturas inerentes ao regadio (barragens, açudes, charcas, etc.) não só são ricas em biodiversidade como podem contribuir para o combate aos incêndios, pois atuam como zonas tampão à propagação dos fogos. Sendo assim, seria importante promover a criação de pequenas massas de água para uso individual ou coletivo.

Relativamente à Fiscalidade Verde, deve ser assegurado o retorno das taxas e o investimento correto para o fim a que se destinam (por exemplo, que as receitas obtidas com a TRH - Taxa de Recursos Hídricos - retornem ao sector).

3. Energia e agricultura

A agricultura é uma atividade com um grande consumo de energia, em que os custos energéticos podem ascender a cerca de 20% do custo total de produção. Neste aspeto, a Europa, em termos de competitividade, está em clara desvantagem face aos EUA, onde os preços do gás e da eletricidade têm diminuído nos últimos anos, enquanto na Europa os mesmos preços têm vindo a aumentar.¹⁵ É importante não só fazer um uso eficiente da energia, mas também ter uma produção sustentável, recorrendo às energias renováveis, incluindo a produção local de energia a partir de subprodutos ou mesmo resíduos da agricultura como, por exemplo, a produção de etanol, metanol e biogás. Ainda em relação aos resíduos, considera-se mais eficiente, em regra, que o seu tratamento seja local, nas próprias explorações agrícolas.

Outra questão relevante para as agroindústrias está relacionada com a potência elétrica instalada necessária para fazer face aos picos de produção. Estes picos são sazonais e requerem uma potência elétrica instalada muito mais elevada do que no resto do ano, implicando gastos mensais fixos supérfluos nos restantes meses.

4. Floresta

Portugal é um país em que a floresta representa 2% do seu Produto Interno Bruto (PIB), 10% das suas exportações e mais de 100 mil postos de trabalho.¹⁶

Dado o papel da floresta como sumidouro de carbono, é muito importante que Portugal continue a promover a inclusão do setor LULUCF - *Land Use, Land-Use Change and Forestry* (uso do solo, alteração do uso do solo e floresta) nas metas europeias de redução de emissões. Embora ainda não se trate de uma matéria consensual, com o aumento da consciência do efeito da floresta como sumidouro de carbono e dos seus efeitos benéficos sobre o ambiente, parece claramente vantajoso, para um país em que grande parte do território é constituído por floresta, que o efeito positivo no ambiente, da absorção do carbono, possa ser integrado nesta política para as alterações climáticas. É importante referir que uma das espécies com maior efeito de sumidouro de carbono é o eucalipto.

Sendo os incêndios florestais um dos maiores riscos que afetam as nossas florestas, é de salientar que o recurso à tecnologia de videovigilância agroflorestal poderá contribuir para a sua prevenção.

¹⁵ <http://www.confagri.pt/Noticias/Pages/noticia50035.aspx>.

¹⁶ CCV – versão para consulta pública (<http://www.youblisher.com/p/1002839-Compromisso-para-o-Crescimento-Verde/>).



5. Outras ideias/sugestões

- (1) Simplificar as autorizações para construção de pequenas infraestruturas nas explorações agrícolas;
- (2) Adequar os sistemas de tratamento de resíduos aos resíduos agrícolas, quer em termos de sazonalidade quer de qualidade/tipo;
- (3)** Necessidade de gerir o conflito entre a atividade pecuária e a floresta (desflorestamento), que tem como consequência o empobrecimento dos solos;
- (4) A investigação ser considerada, de forma explícita, como um catalisador do CCV;



Lista de pessoas e entidades que contribuíram, durante a sessão, para os conteúdos aqui sintetizados¹⁷:

- > Comendador Manuel Santos Gomes - Presidente da CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL;
- > João Machado - Presidente da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal;
- > Jorge Moreira da Silva - Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;
- > Fernanda Freitas – Jornalista;
- > Armando Sevinate Pinto - Eng.º Agrónomo; Coordenador técnico da AGRO.GES – Sociedade de Estudos e Projetos;
- > Leonardo Costa – Professor na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica do Porto¹⁸;
- > Antónia Figueiredo - Secretária-Geral Adjunta da CONFAGRI;
- > Luís Mira - Secretário-Geral da CAP;
- > Sandro Pires – Consultor em inovação da CONFAGRI para as energias renováveis; Membro da Greenpeace;
- > José Alves Coelho - Agricultor em Castelo Branco;
- > Carlos Cupeto - Professor na Universidade de Évora; Diretor Geral da TTerra - Auditoria, Projeto e Técnicas Ambientais Lda.;
- > Carina Arranja – Secretária-Geral da FENAREG - Federação Nacional de Regantes de Portugal;
- > Diana Carvalho – Agricultora;
- > João Coimbra - Agricultor, membro da Direção da ANPROMIS - Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo;
- > Mário Antunes – Vice-Presidente da AGROTEJO - União Agrícola do Norte do Vale do Tejo;
- > Miguel de Castro Neto - Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza;
- > José Diogo Albuquerque, Secretário de Estado da Agricultura.

Mais informação sobre esta sessão (incluindo o vídeo integral da mesma) e o CCV (documentos chave, eventos, etc.) está disponível em www.crescimentoverde.gov.pt.

¹⁷ Por ordem de participação/intervenção.

¹⁸ A apresentação de base à intervenção de Leonardo Costa nesta sessão está disponível em <http://www.crescimentoverde.gov.pt/pagina-inicial/downloads/>.

